



*Artigo*  
*Article*

**OS TABAJARA EM PIRIPIRI: EMERGÊNCIA ÉTNICA INDÍGENA  
ATRAVÉS DO DIÁLOGO ENTRE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA**

*THE TABAJARA IN PIRIPIRI: INDIGENOUS ETHNIC EMERGENCE APPROACHED  
THROUGH DIALOGUE BETWEEN ANTHROPOLOGY AND HISTORY*

Jussarina Adriana da Silva Carvalho<sup>1</sup>  
Carmen Lúcia Silva Lima<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho contempla a presença dos Tabajara na cidade de Piripiri, região noroeste do Estado do Piauí. A descrição etnográfica fornece uma interpretação para o processo de emergência étnica indígena protagonizado por núcleos familiares que vivem no contexto urbano da referida cidade. Privilegiando a relação entre Antropologia e História, apresentamos reflexões que evidenciam as narrativas de extinção e silenciamento dos indígenas e mostra como a memória social do grupo vem sendo construída no presente com a pretensão de constituir a indianidade, utilizando a evocação de relatos sobre o passado. Os dados apresentados são decorrentes de pesquisa bibliográfica que considera diversas fontes da historiografia piauiense e do trabalho de campo realizado nos bairros da cidade onde vivem os interlocutores da pesquisa. Observação e entrevistas foram os procedimentos metodológicos utilizados nesta produção. **Palavras-chave:** Indígenas Tabajara; Emergência étnica; Antropologia; História; Descrição etnográfica.

---

<sup>1</sup> Graduada em História. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí – PPGAnt/UFPI. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI. E-Mail: [adrianacarvalho865@gmail.com](mailto:adrianacarvalho865@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia. Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. E-Mail: [carmensllucia@gmail.com](mailto:carmensllucia@gmail.com). Orcid: 0000-0002-2427-7069.

**ABSTRACT:** This work contemplates the presence of the Tabajara in the city of Piripiri, northwestern region of the State of Piauí. The ethnographic description provides an interpretation of the indigenous ethnic emergence process led by family groups living in the urban context of the city. Prioritizing the relationship between Anthropology and History, we present reflections that highlight the narratives of extinction and silencing of indigenous people and show how the social memory of the group has been constructed in the present with the intention of constituting Indianness, using the evocation of accounts about the past. The presented data stem from bibliographic research that takes into account various sources from Piauí historiography and fieldwork conducted in the neighborhoods of the city where the research interlocutors reside. Observation and interviews were the methodological procedures utilized in this production. **Keywords:** Tabajara Indians; Ethnic Emergence; Anthropology; History; Ethnographic Description.

## INTRODUÇÃO

A história dos povos indígenas do Piauí foi por um longo período a história do massacre, da dizimação e do desaparecimento dessas populações, que teriam sucumbido aos diversos confrontos físicos travados contra o colonizador ou se “rendido” aos aldeamentos jesuítas, lugar de doutrinação religiosa, violências físicas e psíquicas, mas igualmente um lugar de sobrevivência<sup>3</sup>. Enquanto mortos, aldeados e silenciados os indígenas não mais existiam para historiografia local e como frutos deste processo tinha-se os caboclos, uma categoria transitória, o estágio intermediário entre o selvagem e o civilizado, um trabalhador já assimilado a cultura dominante, se despreendendo de quaisquer de suas características culturais.

A percepção e propagação da inexistência de indígenas em território piauiense foi fomentada por uma escrita historiográfica insensível às reflexões acerca do protagonismo indígena e favorável ao discurso do extermínio. Analisando algumas das principais obras, tal como Baptista (2017), que tratam sobre as populações indígenas que habitaram ou habitam o que hoje é geograficamente delimitado como estado do Piauí, identificamos diferentes posicionamentos na forma como os historiadores discutiram sobre a questão indígena no estado, como perceberam estas populações e como suas análises foram conseqüentemente influenciadas por suas épocas e contextos sociais.

Entre os primeiros historiadores que se dedicaram a esta temática, Monsenhor Joaquim Chaves (1953) em sua obra *O índio no solo piauiense*, apresentou em seus escritos o processo de extermínio dos nativos piauienses ocasionado pelas atrocidades cometidas pelo europeu “civilizado”. Para o historiador, em decorrência dos atos nefastos contra as populações nativas, os colonizadores ocuparam a condição análoga a do indígena selvagem; condição esta que os torna responsáveis pela dizimação da população nativa neste território. Segundo Chaves:

---

<sup>3</sup> Apesar de ser um local de imposição forçada da cultura cristã, de trabalhos compulsórios, da proibição e incentivo do distanciamento de práticas e costumes nativos, o que violentava os aspectos fundamentais da vida destes povos, os aldeamentos também foram um lugar de sobrevivência e resistência, no sentido de que os indígenas, muitas vezes se “rendiam” a estas organizações para não serem escravizados, perseguidos e violentamente assassinados pelos colonizadores.

As tribos mais aguerridas foram aniquiladas ou expulsas do nosso território. As mais fracas se acomodaram à resistência com o usurpador; disto resultou o lastro de mestiçagem, que é a base do nosso potencial étnico, ainda em fraco processo de caracterização (Chaves, 1953, p. 55).

Apesar de certa sensibilidade evidenciada pelo autor no que se refere a como as populações indígenas piauienses foram tratadas pelo branco “civilizado”, concedendo ainda a estas, no final do texto, homenagem a sua bravura, Chaves (1955) não deixa de considerar os nativos piauienses enquanto seres selvagens que foram exterminados, seja pelas perseguições e assassinatos promovidos pelo colonizador ou pela forçada assimilação à sociedade envolvente.

Odilon Nunes publicando *Pesquisas para a História do Piauí* no ano de 1975, logo admite o grande contingente populacional nativo presente neste território, afirmando que “os índios fervilhavam como formigas às margens dos rios e vales do Piauí”. Contudo, como é indicado pelo próprio tempo verbal da frase, Nunes (1975) deixa subentendido que a presença nativa no estado, se encontra antes e durante o tempo de sua escrita consideravelmente reduzida ou mesmo inexistente. Essa percepção de inexistência se verifica ainda em trechos como: “A verdade é que já não havia mais índios, se não por ouvir dizer. Já eram eles bem poucos [...] positivamente jamais os viu, porque não existiam” (Nunes, 1975, p. 107).

Com base nas colocações deste historiador, essa pouca existência ou inexistência de indígenas no Piauí, não parecia em nada lhe incomodar. Diferente da linguagem humanista adotada por Chaves, Odilon Nunes (1955, p. 82), motivado pelo viés do evolucionismo antropológico, adjetiva negativamente os nativos brasileiros, atribuindo-lhes uma cultura de atraso e selvageria: “Eram talvez os brasileiros, na época do descobrimento os mais atrasados habitantes das Américas. Viviam nus, e não poucos praticavam a antropofagia [...] levados pela voracidade”.

Outro historiador que segue na perspectiva de inexistência indígena no território piauiense, é Moysés Castello Branco. Em *O índio no povoamento do Piauí* (1984), o autor relaciona a inexistência dessas populações a mestiçagem, fato que conseqüentemente os teria distanciado de suas culturas e identidades, de forma suficiente para se afirmar que: “No Piauí não há tradições indígenas. Três séculos após o desbravamento da terra, os descendentes dos silvícolas estão integrados nas famílias rurais piauienses. Não há colônias de índios em luta por terras” (Castello Branco, 1984, p. 64). No lugar dos indígenas, teríamos para o autor, os caboclos, “o mestiço nascido de branco com índio”, que enquanto descendentes de indígenas, já teriam perdido suas tradições e modos próprios de fazer e existir.

Mas se na época em que estes historiadores apresentaram seus estudos sobre os nativos que “habitaram” o território piauiense, as percepções que se tinha sobre estas populações eram a da selvageria, inexistência, mestiçagem e perda cultural, nos anos 2000 essas percepções mudam consideravelmente e estimulam um revisionismo sobre a escrita historiográfica indígena piauiense. Considerando que o que escrevemos é fruto da época em que vivemos e relembrando o provérbio árabe citado por Marc Bloch em *Apologia da História* (2002), que afirma que “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”, destacamos aqui que a percepção e escrita sobre a inexistência de populações nativas no Piauí, muda a partir do início de uma nova época, a de autodeclaração de povos indígenas neste território.

Buscando por reconhecimento identitário e cultural e acesso aos diretos

indígenas que lhes são constitucionalmente garantidos, como o acesso à terra, saúde e educação diferenciadas, temos assistido ao fenômeno da emergência étnica de diversas etnias pelo território piauiense, um desses processos é protagonizado por núcleos familiares indígena na cidade de Piriipiri. A autodeclaração e a organização social e política por eles adotada resultaram na constituição do grupo étnico (Barth, 2000 [1969]; Cohen, 1974 e Eriksen, 2002) Tabajara, que põe um xeque o discurso oficial e até então perpetuado da inexistência de indígenas neste estado.

As produções feitas a partir desta época, como trabalhos de conclusão de cursos, dissertações, teses e artigos passam a questionar o discurso do genocídio indígena no Piauí e a produzir um revisionismo historiográfico. Abordando uma nova perspectiva que deixa de considerar apenas o massacre, a selvageria, a dominação e a inexistência dessas populações, as produções acadêmicas passam a se dedicar aos aspectos culturais e particulares destes povos, direcionando atenções para as lutas, resistências, estratégias, identidade, memória, organização social e política, protagonismo histórico, emergência étnica, autodeclaração, território e direitos específicos dessas populações.

Inserido no contexto histórico e social da emergência de grupos étnicos, e conseqüentemente, de uma escrita atenta às particularidades socioculturais, resistências e demandas dessas populações, esse trabalho busca apresentar o processo de emergência étnica indígena protagonizado por núcleos familiares da etnia Tabajara que vivem na área urbana da município de Piriipiri/PI. Para tanto, por meio da pesquisa bibliográfica e do relato de algumas lideranças indígenas, destacamos o início da organização do grupo étnico, a importância da memória social na construção da etnicidade indígena, da rede de parentesco como apoio e constituição da comunidade e a investidura nos sinais de distintividade cultural, inerentes a este processo. Contribuições bibliográficas do campo da História da e da Antropologia são usadas para refletir sobre as mudanças na perspectiva da produção historiográfica indígena piauiense e o contexto de *alevante* dos Tabajara de Piriipiri.

## OUTRAS NARRATIVAS

Dando um salto sobre os trabalhos produzidos entre os anos de 1980 e o início dos anos 2000, já que nesse momento, a intenção não é mapear e analisar todas as produções bibliográficas que se referem as populações indígenas no Piauí, mas de ilustrar mudanças de perspectivas sobre a existência dessas populações e sua projeção na escrita, apresentamos agora alguns historiadores que fazem parte desse novo tempo de escrita da historiografia indígena piauiense.

João Paulo Peixoto Costa (2013), criticando a história que evidencia apenas o massacre e extermínio dos indígenas no Piauí, em seu artigo *A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história do índio no Piauí*, nos apresenta como o discurso que bem serviu aos interessados em perpetuarem a inexistência desses povos, não pode mais se propagar diante da inviabilidade de se comprovar sua não existência e da recente autodeclaração indígena neste território, que prova que há muito mais a se contar do que apenas guerras e massacres (Costa, 2013, p. 159).

Denunciando a *farsa* presente na historiografia piauiense sobre o extermínio indígena, para o historiador não devemos mais falar em genocídio, etnocídio, dizimação e aculturação e continuar matando essas populações por meio da escrita. Sem negar os processos de espoliação e violência extrema a que estes foram

submetidos, é mais urgente, estar conectado com as necessidades daqueles que estão vivos, ou melhor, os indígenas que contariam a história tradicional ao declararem que não desapareceram (Costa, 2013, p. 145).

Roberto Kennedy Gomes Franco (2014) é mais um nome que se soma à crítica da história do massacre e dizimação das populações nativas no Piauí. Em *Histórias Orais dos Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI*, o historiador inicia o texto discordando dos discursos oficiais que evidenciavam “o desaparecimento indígena pela exterminação, aculturação ou mestiçagem”, sem deixar de considerar o genocídio e etnocídio cometido contra essas populações e as formas de resistências empreendidas por estes. Segundo o historiador

Apesar dos ataques violentos às suas culturas, fruto da necessidade de lucro dos “colonizadores” ou do processo de “cristianização”, “civilização”, por parte da Igreja, os nativos não deixaram de resistir, seja de forma explícita/violenta, ou ainda, de formas dissimuladas, de influenciar e ser influenciado pela cultura do colonizador (Franco, 2014, p.4).

Usufruindo das narrativas orais dos indígenas Tabajara da cidade de Piripiri, Franco (2014) reflete sobre as tantas histórias que foram esquecidas e silenciadas por uma historiografia insensível a estas populações e deseja a inserção das experiências desses agentes sociais historicamente marginalizados nas produções que se dediquem a esta temática. Diferente dos historiadores do tempo em que se propagava a selvageria, perda cultural e inexistência, Franco (2014), considera a importância da experiência dos “remanescentes” indígenas para a historiografia do Piauí, a consciência histórica desses povos, suas histórias e memórias sociais e movimentos de luta.

Verifica-se, então, a partir da análise dos escritos dos primeiros historiadores que discutiram sobre os indígenas no Piauí e daqueles que começaram a se opor aos discursos oficiais nos primeiros anos do século XXI, que na historiografia indígena piauiense, a percepção que passa do extermínio para a afirmação da existência dessas populações, acontece dando forças para um revisionismo historiográfico que está diretamente relacionada a reorganização de grupos indígenas no estado. O postulado dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, que declara que a “história é filha do seu tempo”, em uma postura crítica àqueles que definiam o passado como algo rígido e sem mudanças, bem ilustra a transformação que acontece na escrita historiográfica indígena do Piauí.

Enquanto filhos de nossa época, escrevemos com base no contexto social, político e histórico em que estamos inseridos. Diante dos discursos de dizimação dos nativos que “habitaram” o Piauí, de não mais se vê-los por negarem suas identidades em busca de segurança e sobrevivência, confirmou-se e propagou-se sua inexistência. No entanto, a partir da vivência de um novo tempo e das provocações que este nos faz, começamos a refletir sobre o que foi escrito, rompendo com as percepções do passado e propondo uma nova escrita sobre as populações indígenas do estado.

Diante deste contexto, sem deixar de considerar os discursos de “dizimação” dos nativos piauienses, defendemos que não é possível entender a atual existência indígena sem pensar no processo que resultou no silenciamento e invisibilidade destes povos. Outra prerrogativa importante é que para reconhecê-los no presente é preciso ter a sensibilidade de percebê-los para além do genocídio e etnocídio que estes sofreram, é necessário considerar também suas resistências e particularidades socioculturais.



Uma vez que os indígenas reapareceram no cenário piauiense, em decorrência de processos de emergência étnica, diversos historiadores e antropólogos precisam aceitar continuamente o desafio de refletir sobre o que foi escrito no passado. Atentas a essa nova conjuntura, nosso desejo é refletir sobre as crônicas do desaparecimento, conscientes da necessidade da produção de outras narrativas, que possibilitem mudanças de percepções equivocadas.

O levantamento de dados realizado em Piripiri evidencia que a produção acadêmica registra o início do movimento de emergência étnica no Piauí a partir da organização das famílias Guilherme, Beiju e Colher de pau, em meados do ano de 2005. Nesse período, uma das motivações para afirmação identitária veio através da possibilidade das famílias participarem do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR, uma política do Governo do Estado, cujo objetivo é proporcionar e/ou facilitar a aquisição de terra por grupos comunitários rurais por meio da modalidade de financiamento ou a aquisição de terras nas zonas rurais do estado, por famílias urbanas que não fossem proprietárias de terra e tivessem a intenção de radicar-se fora destas zonas (Sousa, 2019, p. 16).

Por meio do conhecimento de um programa do Governo do Estado que objetivava uma melhoria na condição de vida de grupos minoritários, como famílias de baixa renda, indígenas, quilombolas e mulheres,<sup>4</sup> foi que o atual cacique Tabajara, José Guilherme da Silva, reuniu algumas famílias indígenas da cidade de Piripiri e juntos fundaram a primeira Associação Indígena deste estado<sup>5</sup>. Organizada em um primeiro momento como pré-requisito para a participação no mencionado programa, a Associação tornou-se uma ferramenta oportuna para a construção da indianidade e a busca do acesso à terra, saúde e educação diferenciadas. De acordo com Sousa

A relação entre as famílias indígenas e o estado do Piauí, através do Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR começou antes mesmo da fundação da Associação de Remanescentes Indígenas de Piripiri, em fevereiro de 2005. Ou ainda, foi o incentivo necessário para que aquela se tornasse realidade. [...] Para acesso aos recursos seria necessário criar uma entidade juridicamente organizada, pois a interlocução entre o programa e as pessoas interessadas em participar dos grupos de interesse, obrigatoriamente se daria através de uma organização. Para participar as famílias deveriam envidar esforços no sentido de organizar o mais breve a entidade, pois logo se encerraria uma das etapas do Programa na região (Sousa, 2019, p. 17).

Diante do contexto de emergência do povo Tabajara, é importante destacar que apesar desta movimentação poder servir em determinada conjuntura para obter algum recurso crucial como a terra, a emergência não pressupõe a configuração da

---

<sup>4</sup> De acordo com CEPRO (2009, p, 20).

<sup>5</sup> No mesmo ano de fundação da Associação dos indígenas Tabajara de Piripiri, se verifica também uma movimentação dos indígenas no sul do Piauí: “O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) forneceu orientação ao Conselho de Administração do MNI (Memorial das Nações Indígenas) sobre a formação de associação de trabalhadores de descendência indígena para habilitação de recursos destinados a projetos culturais e produtivos junto àquela instituição. [...] está será formada a partir do município de Pimenteiras. Em 2009 descendentes indígenas do Vale do Uruçuí Preto reclamam as ameaças que vêm sofrendo dos empresários ligados ao agronegócio na região. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/materia.php?id=37146> Acesso em: 03 dez, 2022.

coletividade étnica exclusivamente para este fim. A construção da etnicidade é também acompanhada por reivindicações relativas ao antigo sistema cultural, a busca por tradições e a recuperação ou reconstrução do pertencimento identitário (Bartolomé, 2006, p. 56) que conseqüentemente, se somam a luta pelos direitos constitucionalmente garantidos à estas populações. De acordo com Sousa (2019, p.38), na época em que as famílias procuravam adquirir terras através do PCPR, estas chegaram a receber visitas dos técnicos do projeto, mas devido ao pouco tempo de existência da Associação, a comunidade não conseguiu ser contemplada por essa iniciativa, pois era necessário ter no mínimo cinco anos de fundação.

Após esta primeira reivindicação de acesso à terra, empreendida por meio da Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígena de Piripiri, as famílias indígenas seguiram mobilizadas em busca do acesso a seus direitos coletivos. A mobilização constituída ocorre certamente em uma realidade política que evidencia um cenário mais seguro e oportuno para afirmação da identidade indígena devido aos direitos assegurados na legislação brasileira e internacional. Com a organização da primeiras famílias, a comunidade Tabajara conquista adesão de mais pessoas na cidade e povoados de Piripiri<sup>6</sup>, formando posteriormente novos núcleos familiares que passam a adotar o etnônimo Tabajara e, simultaneamente, outras denominações, que levam em consideração os locais em que residem ou a designação do grupo familiar.

## **A EMERGÊNCIA DOS TABAJARA**

Em meio ao processo de emergência da identidade étnica das famílias Tabajara de Piripiri, entendo que estes se trata de um processo influenciado por diferentes fatores, definido pela comunidade como *alevante*, categoria nativa (Guimarães, 2008) que faz referência ao processo de emergência étnica, acontece em vista de legitimar a indianidade, diante do histórico silenciamento imposto a estas populações, o investimento na criação de sinais diacríticos (Cunha, 1986) que servem de referência para a identificação e distinção em relação aos não indígenas. A adoção de um etnônimo, a escolha de um cacique e pajé e a criação da Associação indígena, são exemplos de alguns sinais diacríticos criados durante o processo de emergência indígena dos Tabajara.

Nessas circunstâncias, em que os sinais diacríticos estão sendo criados, os indígenas contaram com diferentes mediadores que, em momentos distintos, auxiliaram os grupos do Piauí na “memoração das raízes indígenas” e no processo de mobilização étnica no atual cenário piauiense. Entre tais mediadores, destacam-se pesquisadores; profissionais ligados às organizações governamentais e não governamentais e demais grupos indígenas, a exemplo os grupos indígenas do estado do Ceará (Silva, Macedo, 2020).

Nesse tempo, os indígenas se dedicaram, a aprender o ritual do toré e seus cantos, a produzir artesanatos, começaram a pintar seus corpos com tinta de jenipapo para participarem de eventos e festas da comunidade, desenhar grafismos em telhas e

---

<sup>6</sup> No ano do 2015 os indígenas da aldeia Nazaré, localizada no município vizinho de Lagoa de São Francisco, organizam-se enquanto coletividade étnica e passam a integrar o movimento indígena piauiense. Contudo, neste momento destacamos apenas as ações da comunidade de indígenas Tabajara de Piripiri por fazer parte do recorte geográfico que privilegiamos neste artigo.

colunas de madeira, como vemos na casa do cacique José Guilherme e passaram a usar cocares e adereços de penas e sementes, que evidenciam suas identidades e marcam a diferença entre o *nós e os outros*. Os primeiros anos da organização da comunidade foi sem dúvidas uma época de intensa aprendizagem, de invenção de tradições (Hobsbawn e Ranger, 1984), e da evidenciação de saberes que anteriormente, não encontravam espaços para manifestarem.

A espiritualidade também se aflora nesse momento de retomadas e invenções. Chicão, ainda antes de se tornar pajé, relembra a primeira vez que foi na residência do cacique e presenciou um dos momentos em que se treinava os cantos do toré:

O Zé Guilherme, um dia eu vi ele ‘rapaz vai lá em casa’ [...] aí fiquei por ali desconfiado, aí chegou o Helder, chegou o Romeu [...] aí com pouca o Zé Guilherme cantou uma doutrina, cantou só um pouquinho do estronda na aldeia [...] se atrapalhou e errou todo... parece que abriu pra mim ‘se vocês quiserem eu canto a doutrina’ e eu nunca nem tinha visto (Pajé Chicão, Tabajara-Itacoatiara, 2019).

O pajé entende este momento como algo esclarecedor para o que estava vivenciando: seus dons o fizeram saber cantar um canto que nunca havia ouvido antes. Deste então, ele relata que começou a produzir seus primeiros artesanatos, as conhecidas maracas utilizadas pela comunidade durante o ritual do toré e passou, em suas palavras, a resgatar suas raízes indígenas, até enfim se autodeclarar e integrar o processo de emergência étnica em curso. A partir de então, no que se refere a sua espiritualidade e identidade indígena, o mesmo acrescenta: “tudo desenvolveu e não esbarrou mais”.

Outro ponto muito importante para a comunidade nesse contexto de *alevante*, foi sua participação no Prêmio Culturas Indígenas - Edição “Xicão Xucuru”, em 2007. A iniciativa da então Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas de Piri-piri foi contemplada e a comunidade recebeu por meio do Ministério da Cultura uma quantia em dinheiro, que foi usada para aquisição de um terreno localizado no bairro Floresta. Neste “terreno” como é chamado pela comunidade, foi construída uma oca, onde os indígenas realizavam reuniões e traçavam planos para o futuro. Esta habitação foi cercada de plantações de milho, feijão e melancia, posteriormente colhidos e distribuídos entre as famílias indígenas da cidade.

Aos poucos a oca deixou de ser usada, principalmente pelo fato de algumas vezes a habitação ter sido incendiada. Dona Raimunda Tucuns, na época Coordenadora Microrregional de Mulheres Indígenas do Piauí, relata que o primeiro incêndio aconteceu de forma acidental, devido a queimadas feitas próximas a região. Depois disso, a oca foi reconstruída e seu uso retomado. No ano seguinte houve um novo incêndio, dessa vez com suspeitas de ação criminosas, que ela não relaciona a intolerância cultural, religiosa ou preconceito étnico. Nenhuma ocorrência policial foi registrada sobre este fato. Desde o último incêndio, a oca não foi mais reformada. Recentemente passaram a falar em sua reconstrução e adoção de um cuidador para terreno, visando impedir qualquer tipo de degradação no local.

A adoção de sinais diacríticos (Cunha, 1986) não cessou até o momento. A comunidade vêm sustentando o anseio de aprender uma língua indígena, construir um museu, difundir a prática do artesanato e fortalecerem os laços comunitários tidos como próprios da cultura indígena. Outro elemento importante na construção da



indianidade é a relação com o Estado do Ceará. Verificamos o estabelecimento de relações com os indígenas do Ceará nos primeiros momentos de organização da comunidade Tabajara de Piripiri, sendo estes importantes mediadores no processo de reconstrução de suas identidades. No entanto, a ligação do Tabajara do Piauí com o referido estado antecede o movimento de organização desta coletividade étnica.

Ao rememorarem suas raízes indígenas, tanto os indígenas do município de Piripiri, quanto os da aldeia Nazaré, localizada em Lagoa de São Francisco, atribuem o pertencimento étnico a migração pretérita da Serra da Ibiapaba, território que atualmente temos definido como limite entre os estados do Piauí e Ceará. É recorrente na memória social (Fentress & Wickham, 1992) das comunidades, diversos relatos sobre a serra, o que inclui referências dela como sendo o lugar onde os indígenas mais velhos viveram partes de sua infância ou adolescência.

A partir de processos migratórios motivados pelas secas que assolaram a região, algumas famílias indígenas fugindo da fome e da miséria causadas pela falta de chuvas, descerraram a serra e se estabeleceram no norte do estado vizinho. Neste estado, apesar da grave situação de pobreza e de novos deslocamentos forçados em busca da sobrevivência, os indígenas conseguiram ajuda de familiares que haviam migrado anteriormente, e também de pessoas não indígenas, garantindo desta forma a condição mínima necessária para assegurar a existência.

Quando convidados a narrarem suas histórias de vida, um exercício realizado durante a pesquisa com alguns indígenas da cidade de Piripiri, com o intuito de melhor conhecê-los e de compreender o processo de autodeclaração, foi verificado entre as respostas dos indígenas mais jovens o acionamento de histórias contadas por seus pais, avós, bisavós, em relação às vivências no Ceará e a migração feita por estes para a parte norte do estado do Piauí. Já os mais velhos, acionam suas próprias memórias deste processo, narrando a saída da serra e as dificuldades encontradas durante todo o percurso até finalmente firmarem residência na cidade de Piripiri.

Analisando os dados da pesquisa percebemos que a memória, seja ela individual ou coletiva (Pollak, 1989), é um dos elementos estruturantes da etnicidade indígena. Ela serve de fio condutor para o resgate, construção e afirmação da identidade indígena desta etnia no Piauí. No processo de rememoração do passado (Todorov, 2002), através das narrativas de episódios vividos ou ouvidos, as identidades são construídas e por meio delas são montadas as referências do processo de mobilização social, garantindo a coesão para a etnicidade no presente.

Nesse sentido, as memórias além de uma ferramenta de acesso, funcionam também como um instrumento de construção e fortalecimento de identidades. Quando os Tabajara encontram por meio da memória suas origens indígenas na serra da Ibiapaba, sendo estas confirmadas pela vivência ou pela oralidade, estes relembram sua identidade e os motivos que alicerçam sua luta por direitos. Nesse processo, toda a comunidade compartilha das memórias comuns referentes a serra, a migração e aos deslocamentos dentro do Piauí. Os relatos proferidos os diferenciam de outros grupos e fortalecem as fronteiras étnicas que evidenciam uma oposição às histórias e memórias oficiais do estado, responsáveis por diversas formas de tentar realizar o apagamento dos povos indígenas.

Essas histórias e memórias subterrâneas como colocado por Pollak (1989) ou histórias e memórias das “minorias”, como são conhecidas aquelas que se opõem as

histórias e memórias oficiais, são acessadas e transmitidas por meio da oralidade. É assim que cada núcleo familiar Tabajara “transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (Pollak, 1989, p. 5). Neste artigo, o uso da história oral, evidencia a importância dessas memórias e suas transmissões no tempo, dando protagonismos as histórias de vida e memórias individuais e coletivas do referido povo.

O cacique José Guilherme é um dos sujeitos que bem narra o processo de migração para o Piauí, em parte feito a pé, em “lombo de animal” ou a trem. Esta experiência foi vivenciada por ele, sua mãe e irmãos. Saindo primeiramente do município de Viçosa no Ceará, a família Guilherme viveu alguns anos em Brejinho, zona rural do município de Luís Correia/PI, antes de partirem para a cidade de Piriipiri. O motivo para esta cidade ter sido a última parada da família do cacique, enquanto sua mãe e um dos irmãos seguiram para o estado do Maranhão, retornando posteriormente, se deve à constatação de que “esta cidade lhes pareceu mais fácil para sobreviver, já que os preços dos comestíveis eram mais baratos e havia possibilidades de lugar para fixar moradia” (Sousa, p. 114). Seu irmão mais velho, Antônio Guilherme foi o primeiro a se instalar na cidade. Depois de conseguir emprego na fábrica de pilar arroz de Waldecy José de Souza, se organizou para buscar sua mãe e os irmãos. Estes se dirigiram até o município de Cocal dos Alves, a pouco mais de 100 quilômetros de Piriipiri, onde pegaram o trem e partiram rumo a nova cidade.

Eu desci a serra com 8 anos de idade e cheguei no Piauí, no meio de comboios de cachaça, fumo, rapadura e frutas. Aí o povo do Piauí<sup>7</sup> deu presença<sup>8</sup> para minha mãe para trazer aqui pro Piauí pra escapar aqui nas fazendas de Amarração, Luís Correia. Me criei no pé da serra. Aí o pai dessa minha mulher, foi quem deu a mão pra nós, botaram nós embaixo de um cajueiro, deram a permissão pra nós morar lá e trabalhar na fazenda.

Aí meu irmão mais velho, o Antônio, pegou a descer pra cá, quando ele desceu aqui para Piriipiri aqui estava melhor do que em Parnaíba [...]. Porque a vida lá era trabalhar de roça, aí houve uma seca [...] aí ele foi buscar nós lá, na Maria-fumaça, que era no tempo do trem Maria-fumaça que queimava era a lenha. Aí quando dava lá na Brasileira, que ele apitava já escutava aqui na estação que é na praça de eventos. Aí ele amansou nós<sup>9</sup>. Quando ficamos mais ativos ficamos de armazém em armazém aqui dentro de Piriipiri procurando melhora, porque ele queria era matar a gente de peso (Cacique José Guilherme, Tabajara Itacoatiara, 2022).

Em meio a esta narrativa, em que o cacique relembra sua partida da serra da Ibiapaba e chegada em Piriipiri, o mesmo declara ainda, em um trecho mais adiante que o comerciante que lhes “amansou”, também lhes deu “reconhecimento”: “nós já éramos reconhecidos como índios do Piauí, Waldecy que registrou,<sup>10</sup> faltava só o *alevante*”. O fato de Waldecy passar a chamar ele e seus familiares de “índios” foi no entendimento de José Guilherme um tipo de reconhecimento identitário que ele e sua família, provavelmente, ainda não tinham vivenciado nesta cidade. Nesse momento, a

---

<sup>7</sup> Piauienses de modo geral.

<sup>8</sup> Significa que deram emprego e permissão de moradia a sua mãe na fazenda.

<sup>9</sup> Amançou: Lhes deu emprego.

<sup>10</sup> Registrou: começou a chamá-los de “índios”.

partir da identificação étnica conduzida por agentes externos, estes sujeitos passaram a ser conhecidos na cidade como “índios”, “índios” já “amansados” pelo trabalho, como fica evidente no relato do cacique. Esta identificação se populariza na região do mercado municipal e pelo restante da cidade de Piri-piri, sobretudo, pela percepção dos sinais fenótipos que estes carregam e pelos quais acabaram sendo identificados<sup>11</sup>.

Ainda nesta narrativa, percebemos também a denúncia feita sobre a condição brutal de trabalho a que o José Guilherme e seus irmãos foram submetidos, o que ocasionou algumas consequências a sua saúde física, devido ao uso excessivo da força no carregamento de sacos de cera de carnaúba, sob a ordem do mencionado comerciante.

Já familiarizado com a cidade e em busca de melhores condições de trabalho, José Guilherme passou a trabalhar ainda na região do mercado municipal, no armazém do pai de Helder Ferreira de Sousa, quem posteriormente ajudou na organização da primeira comunidade indígena do Piauí do século XXI, organizada por meio de uma Associação. A partir das conversas resultantes de determinados encontros com o professor, o atual cacique fala sobre algumas fases deste processo de organização, como as reuniões com as primeiras famílias, a fundação da Associação, as viagens feitas às diversas capitais do país enquanto presidente da Associação e, posteriormente, como cacique; as reuniões com o governador, palestras nas universidades e alguns outros encontros que ocorreram no decorrer desta trajetória. Sobre o momento em que se tornou cacique, ele relata:

Eu abarcava no mundo pegando reconhecimento<sup>12</sup>, rodei demais, aí ficou registrada a Associação Itacoatiara dos Remanescentes Indígenas de Piri-piri do Piauí, presidente José Guilherme da Silva. Quando foi um dia me levaram para um encontro de indígenas que tinha em Fortaleza, tinha índio de toda região. Aí quando cheguei lá tinha uma tenda, como daqui no sindicato, pra lá tinha a reunião dos outros, mas tinha a reunião separa dos caciques. Aí quando eles disseram: - Cadê o cacique do Piauí? Aí eu falei: - Eu não sou cacique do Piauí, eu sou o representante dos primeiros índios do Piauí, eu sou presidente, tá terminando minha presidência, não tá faltando mais nem três meses. Aí ele foi e disse: - Pois daqui você vai sair! Foi um pajé velho da Amazônia, lugar chamado Roraima. - Pois daqui você vai sair o primeiro cacique do Piauí registrado. Aí quando eu sai de lá, eles [os caciques] disseram: - Oh, tem que usar isso daqui, que era uns cacos de coisa nos beijos e furar a orelhas e usar o brinco de pau e aqui nas pestanas usar brinco de pau de fruta, pra você ser o primeiro cacique do Piauí (Cacique José Guilherme, Tabajara Itacoatiara, 2022).

Ao se tornar o primeiro cacique do Piauí, alguns sinais de distintividade identitária e cultural foram impostos a José Guilherme. Desde então, ele usa nas orelhas um pedaço de bambu, lembrando que como cacique deve sempre usar as taias “tabocas”, um símbolo de seu título e identidade étnica. Segundo o cacique, o *alevante* dos indígenas de Piri-piri foi permeado por muita luta e resistência. Viagens para a participar de reuniões visando assegurar o reconhecimento e melhorias para o seu

---

<sup>11</sup> É importante salientar que a identidade não é fundamentada pelo fenótipo ou estereótipo de um sujeito, mas nesse caso, em que o cacique e seus familiares apresentam traços que remetem ao que o imaginário social tem do que é uma pessoa indígena, certas características físicas acabam por influenciar nesta identificação.

<sup>12</sup> Categoria nativa (Guimarães, 2008) que significa atestar a legitimidade da indianidade deste povo.

povo se intensificam durante os primeiros anos de formação da comunidade. Noites passando frio e dormindo no chão são relatadas pelas lideranças, quando relembram a dureza de alguns momentos que viveram durante este processo. A discriminação e os julgamentos preconceituosos vieram de pessoas e instituições, que tiveram dificuldade de entender e aceitar o (re)aparecimento de indígenas no Piauí. Foram inúmeros os questionamentos acerca da indianidade devido ao fenótipo daqueles que não se enquadram na visão estereotipada sobre o indígena e da sua localização no contexto urbano de Piripiri.

Atualmente, para além da organização dos Tabajara no norte do estado, muitos outros povos se somam a luta indígena piauiense. Segundo Sousa (2019, p. 24), após o surgimento da Associação Itacoatiara, a comunidade Tabajara Ypy no povoado Canto daVárzea no município de Piripiri e a comunidade Kariri de Queimada Nova no Sul do estado, foram as próximas a formarem suas organizações. Tendo em vista como emergência indígena do Piauí avançou nos últimos anos, verificamos que os Tabajara de Piripiri contribuíram fortemente com o início de uma luta, que resultou em novos capítulos da história indígena no estado. O protagonismo deste povo vem fornecendo a motivação para pesquisadores da História e Antropologia seguirem na direção do revisionismo sobre a escrita do passado e atenção ao presente e o futuro destas populações.

Considerando o contexto de emergência da identidade indígena em Piripiri, é importante destacar que até o ano de 2009 não havia a clareza acerca do etnônimo a ser utilizado, o que se deve de acordo com os indígenas, ao silenciamento que lhes foi imposto ao longo da história. O processo de construção da memória social em contexto de produção da etnicidade trouxe novamente suas contribuições para esta definição. Como os mais velhos afirmam a descendência do povo Tabajara que habita as regiões da serra da Ibiapaba e diversas famílias narram as relações com esta região, o etnônimo Tabajara se estabeleceu entre os indígenas.

Passando a fazer parte da comunidade, já com o etnônimo Tabajara definido, Dona Raimunda, liderança do núcleo Tabajara-tucuns da zona urbana de Piripiri e também considerada como cacica<sup>13</sup>, enquanto detentora de experiências no processo de migração para o Piauí, narra sua vivência na serra, o deslocamento e a fixação nesta cidade:

Eu morava no Ceará, município de Viçosa, eu vivia na roça, em um interior velho brabo, só tinha uma casinha no meio da mata. Trabalhava de roça com meu pai, aí fui crescendo e com 14 anos vim embora para o Piauí. Eram oito irmãos, os outros tudo ficaram morando em um lugar e outro. Mas depois que vim pra cá, fiquei só aqui. Lá era muito ruim, meu pai era muito carrasco. Eu vim a pé com o rapaz que é meu marido, levamos cinco dias pra chegar aqui, pela mata. Aqui eu tinha uma conhecida, uma velhinha que era da banda de lá mãe desse rapaz (mulher não indígena). Fiquei morando uns tempos com ela, aí ela morreu e fiquei sozinha com minha família mesmo e com meu marido, nós trabalhando nos tucuns (tucunzal, território mais à frente do bairro de Dona Raimunda) de roça, todo tempo fazendo roça para trabalhar.

---

<sup>13</sup> Recentemente há uma apropriação do termo cacique pelas lideranças de bairro. Especificamente no caso do núcleo urbano Tabajara-tucuns e Tabajara-Fonte dos matos, em que as lideranças D. Raimunda e Sr. Josimar passaram a se identificar como caciques diante das responsabilidades que têm pelas famílias dos seus respectivos bairros. Essa apropriação é reconhecida dentro e fora da comunidade Tabajara e autorizada pelo cacique José Guilherme que os reconhece como caciques-lideranças.

Meu pai era índio, ele dizia que nos era de uma família de índio, as tias do papai, chamava índia-cabocla. Meu bisavô era índio, somos de uma família de índios. Aí aqui através do seu Zé Guilherme, dele andar pra cima e pra baixo, foi e conheceu a gente e perguntou: ‘você é índia né?’ eu disse ‘sou’, aí ele perguntou se eu queria entrar [aqui a interlocutora se refere ao fato de começar a fazer parte da comunidade indígena Tabajara] e eu disse que queria (Raimunda, Tabajara Tucuns, 2022).

Por meio do relato de parte das histórias de vida destas lideranças, podemos verificar a ligação existente entre as memórias vividas e as identidades indígenas assumidas e de algum modo construídas a partir de um contexto favorável para tais acionamentos. Tanto o cacique José Guilherme, quanto a cacica Raimunda, relembram fatos que dão sustentação a afirmação identitária. As duas lideranças cresceram ouvindo dos parentes mais velhos histórias sobre sua descendência indígena, mas não precisavam evidenciar essa identidade, ou seja, não era algo que poderia fazer o mesmo sentido que faz no presente. A afirmação destas, se evidencia diante da necessidade de enfatizar a diferença<sup>14</sup> a partir da organização da comunidade de indígenas de Piripiri, perante aos outros, os não-indígenas.

Neste processo, suas memórias dão suporte e sentido a identidade que acionam e somente em consequência destas memórias que são narradas no presente, conseguem refletir sobre suas vivências e experiências e assim retomar de forma efetiva suas identidades. Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992).

Por meio das memórias e histórias contadas pelos indígenas, sejam estes pertencentes as gerações mais antigas ou mais recentes, podemos também identificar os pontos constitutivos da memória coletiva do grupo. Acontecimentos particulares da vida de cada interlocutor, evidentemente, são mencionados em seus relatos, mas é a própria vivência nas regiões da serra da Ibiapaba ou a de seus familiares, a migração para Piauí e os deslocamentos para Piripiri que são acionados quando se trata de relembrar as raízes indígenas e consequentemente reivindicar a identidade étnica por meio da memória. Esses são os marcos presentes na memória coletiva dos Tabajara que são transmitidos juntos a marcos e pontos de memórias de cada família ou indivíduo (Pollak, 1992).

Dentre as memórias e histórias que constituem a memória coletiva dos indígenas Tabajara do Piauí, sendo estas também evidenciadas pela comunidade Nazaré que do mesmo modo acionam as histórias de migração do Ceará para este estado, se acrescenta uma memória indígena coletiva ainda mais ampla, que podemos ouvir de outras etnias da região. Está diz respeito a narrativa contada pelos mais velhos sobre a avó ter sido “pega a dente de cachorro”, por algum homem branco

---

<sup>14</sup> Para Stuart Hall (2000) a identidade e a diferença são inseparáveis. A identidade vai sempre se manifestar, diante da necessidade de se diferenciar do outro. No ato de afirmar o que sou e ao mesmo tempo dizer o que não sou, é que a identidade e diferença são produzidas. A identidade, em meio a “igualdade” ainda é assim disputada, “na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (Hall, 2000, p.81).



colonizador/fazendeiro. Sendo uma narrativa popular na região, que descreve a forma violenta com que muitas indígenas foram retiradas do contexto em que viviam para serem vendidas ou tornarem-se esposas ou servas por meio do processo de captura, estupro, amansamento e domesticação – no entendimento de que estas eram mulheres “selvagens” que passaram a ter um convívio social – é também uma memória coletiva que os indígenas evocam para afirmarem sua indianidade e descendência de uma família indígena.

A rememoração de fatos tão violentos cometidos a um familiar indígena, por mais distante que este parentesco possa ser, acrescenta considerável justifica a longa distância desses povos com suas raízes culturais, em razão da perseguição identitária e cultural já sofrida e o medo de sofrerem novas e violentas perseguições. Nesse contexto, a omissão ou negação da identidade indígena, o abandono de práticas e costumes culturais tornou-se uma forma de sobrevivência para estas populações. Eles afirmam que, apesar das adversidades ainda enfrentadas, atualmente se sentem mais seguros em afirmar suas identidades, pois os riscos que correm são conseqüentemente menores do que em outros períodos.

Retornando aos relatos dos atores que vivenciaram a migração do Ceará e deslocamentos dentro do Piauí, verificamos também a importância das redes familiares e de apoio que fortaleceram estas movimentações. Antes de decidirem partir do local de seu nascimento em busca de melhores condições de vida, foi fundamental que houvesse um parente ou pessoa amiga que pudesse lhes prestar apoio nos primeiros dias no Piauí. A família do cacique José Guilherme contou com o apoio de diversas pessoas para chegar ao estado e conseguir trabalho em uma fazenda no município de Luís Correia/PI. Posteriormente, o irmão mais velho foi aquele que ofereceu segurança para a família se movimentar até Piri-piri. Dona Raimunda levou dias para chegar nesta cidade e foi acolhida pela mãe de seu esposo, uma mulher não indígena que veio do Ceará alguns anos antes.

Os vínculos de parentesco seguem tendo sua importância para além da chegada na nova cidade, esses se tornam responsáveis pela formação de núcleos indígenas em Piri-piri. Os núcleos familiares e as redes de parentesco, juntamente com a localização geográfica, oferecem o norte para a organização do movimento indígena na cidade. Os indígenas da comunidade afirmam que constituem um único povo, pois são todos Tabajara, mas o povo é constituído por diversos núcleos. Um exemplo, é que a organização da comunidade para a criação da Associação teve início com a família do cacique José Guilherme, as famílias já formadas por seus filhos, filhas, irmãos e outras famílias com as quais ele possuía afinidade. Com o passar do tempo, outras famílias passaram a integrar o movimento, a partir de convites realizados pelo próprio cacique, como a família do pajé Chicão, de Dona Raimunda, da liderança de bairro e também cacique Josimar e tantas outras que passaram a fazer parte de suas relações de parentesco.

Estas famílias, a partir de suas relações, conquistaram a adesão de outras pessoas que passaram a fazer parte do povo Tabajara de Piri-piri, contribuindo tanto no crescimento da mesma, como na expansão do movimento indígena piauiense. O primeiro núcleo urbano a se formar foi o Itacoatiara no bairro Flor dos Campos. Este é o bairro onde o cacique José Guilherme reside com sua família e algumas famílias indígenas que são identificadas como Tabajara-Itacoatiara. Em outros bairros também há integrantes deste mesmo núcleo, que não necessariamente devem possuir laço de

parentesco com os moradores do bairro Flor dos Campos. Nesse sentido, verificamos que a participação de uma família em um determinado núcleo indígena, pode se dar por parentesco, afinidade, localização ou proximidade com o bairro onde reside a liderança.

Além dos Tabajara-Itacoatiara, temos também o núcleo Tabajara-Colher de Pau, extenso grupo familiar que se localiza no bairro Floresta. Essa denominação faz referência aos instrumentos de madeira que produzem, como membros esculpidos em madeira, geralmente usados para se pagar promessas por graças alcançadas, e as ditas colheres de pau que eram vendidas no mercado municipal para garantir o sustento da família. O núcleo Tabajara-Tucuns recebe o nome do bairro onde a maior parte das famílias indígenas deste núcleo habita, seu nome se dá em decorrência do tucunzal próximo a região. A estes núcleos urbanos somam se ainda as famílias do bairro Jenipapeiro e São João, identificados como “Tabajara do Jenipapeiro e do São João”, e do bairro Fonte dos Matos que do mesmo modo, recebem a identificação com base no bairro que ocupam, este último é formado, no presente, unicamente por parentes da liderança Josimar.

Com o crescimento da comunidade Tabajara e o conseqüente aumento no número de famílias distribuídas pelos bairros da cidade, naturalmente se criaram as lideranças de bairros. Assim, Dona Raimunda é a liderança dos indígenas que vivem nos Tucuns, Dona Socorro dos Colher de pau, Josimar das famílias do bairro Fonte dos Matos, Djenane e Francisco, das famílias do bairro São João e Joselane lidera as famílias do bairro Jenipapeiro. Por meio desta organização, os indígenas podem tirar dúvidas e terem suas demandas apresentadas diretamente pela liderança de bairro, sem necessariamente precisarem passar pelo cacique José Guilherme ou pelo então presidente da nova Associação<sup>15</sup>, Cícero Dias. Na entrega das cestas básicas, ocasionalmente enviadas pela FUNAI, por exemplo, cada liderança de bairro é quem se encarrega da organização e distribuição para as famílias pelas quais são responsáveis.

No que diz respeito à esta instituição, responsável pela promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas em todo o território nacional, é importante destacar que a FUNAI não possui mais uma unidade no Piauí. Dada como extinta, a Coordenação Técnica Local sai do estado no ano de 2017, deixando na ocasião mais de 3 mil indígenas desassistidos. Através do Decreto 9.010/2017, emitido em março pelo Governo Federal, 51 CTLs da FUNAI pararam de funcionar em todo o país e a unidade piauiense foi afetada pela decisão. Os indígenas do Piauí passaram a ser atendidos pela Coordenação Regional Nordeste II, sediada em Fortaleza/CE, que devido à grande distância geográfica evidencia dificuldades de realizar a promoção e a defesa dos direitos dos indígenas piauienses.

Além dos grupos urbanos de Piripiri citados que formam a o povo Tabajara, temos ainda as comunidades rurais. A primeira a se organizar politicamente por meio de uma Associação, depois da comunidade urbana, foi a comunidade Tabajara Ypy do povoado Canto da Várzea. Esta comunidade tem como lideranças o cacique Marcos

---

<sup>15</sup> De acordo com a fala de Cícero Dias, na I Oficina de Construção do Plano de Desenvolvimento de Territórios dos Povos Tabajara de Piripiri, realizada em março de 2022, a primeira associação: Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas de Piripiri, foi desfeita. Por falta de documentos, foi inviável restabelece-la tornando-se necessário fundar uma nova Associação, está formalizada em julho de 2021 e denominada como Associação do povo Tabajara de Piripiri, é na qual está registrado o título coletivo de terras da comunidade.

Queiroz, o pajé Vitorino Leite e a presidente da associação Dona Socorro. No povoado Oiticica está localizada outra comunidade denominada de Tabajara-Alongá, que tem como liderança o cacique Sávio Tabajara.

As relações que se estabelecem entre lideranças de bairros, pajés e caciques são de amizade e de respeito, sobretudo, ao cacique José Guilherme por ter sido o primeiro, o mais velho e aquele que desde o princípio se dedicou e empenhou esforços para o reconhecimento de indígena no Piauí e o crescimento da comunidade Tabajara. Apesar das comunidades rurais e de dois núcleos urbanos terem elegido seus caciques, existe uma hierarquia, em que em determinadas ocasiões a liderança de José Guilherme prevalece diante da atuação dos demais caciques, sejam estes da área urbana ou rural do município.

No que se refere ao atual número de famílias e pessoas indígenas no município, utilizamos dos dados produzidos e apresentados pela APOINME no ano de 2022, na III Assembleia dos Povos Indígenas do Piauí, que expõe o quantitativo de cada povo e comunidade indígena no estado. Aqui consideramos apenas os núcleos do povo Tabajara do município de Piripiri, para ilustrar o crescimento da comunidade que começou com 25 famílias, ainda na época da criação da primeira Associação e hoje são contabilizadas 287 famílias e 914 indígenas:

**Quadro 01 - Povo Tabajara no município de Piripiri-PI.**

NÚCLEOS URBANOS E COMUNIDADES RURAIS	FAMÍLIAS	PESSOAS	HOMENS	MULHERES
Itacoatiara	14	40	19	21
Colher de pau	26	82	36	46
Tucuns	26	90	48	42
Fonte dos Matos	34	121	57	64
São João	42	146	58	88
Jenipapeiro	23	76	36	40
Canto da Várzea	45	120	68	52
Oiticica	77	239	127	112
Total	287	914	449	465

**Fonte:** Dados compilados pelas autoras.

Com a realização do censo demográfico do ano de 2022, há uma estimativa de aumento dessa população. De acordo com um dos coordenadores do censo no município de Piripiri, espera-se que mais pessoas se autodeclarem indígenas, mesmo que estes não saibam ainda indicar a que o povo/etnia pertencem. O questionário a ser aplicado a partir da identificação como indígena, considera diversas especificidades que ajudarão a conhecer as situações em que se encontram as famílias indígenas em Piripiri e em todo o estado Piauí. Nesse momento torna-se possível ainda o aparecimento de novos etnônimos na região.

Visando um maior esclarecimento sobre o censo demográfico, a importância de sua realização e incentivando a autodeclaração indígena a partir do pertencimento, uma reunião com a equipe do IBGE e alguns indígenas da comunidade foi realizada na residência do cacique José Guilherme. Na ocasião, uma simulação do questionário aplicado pelos recenseadores aos indígenas possibilitou que estes apresentassem suas realidades, tirassem dúvidas sobre algumas questões e se preparassem para

responder ao censo.

Com a organização dos indígenas de Piripiri por meio da Associação, estes passaram a conviver cotidiana, social e politicamente com suas identidades. As lideranças e demais membros da comunidade Tabajara, iniciaram sua participação em diversos eventos, por meio dos quais puderam narrar suas histórias e reivindicar seus direitos, como a então “Semana do Índio” realizada no Museu do Piauí; eventos promovidos pelas Universidades Federal e Estadual; reuniões com representantes da esfera Municipal, Estadual e Federal; fazem-se também presentes no Acampamento Terra livre, realizado anualmente em Brasília, assim como passam a participar de diversos editais de apoio as populações tradicionais que auxiliariam a alcançar os objetivos traçados pela Associação. Os convites para participação em programas de rádio e TV, igualmente tornam-se parte dos compromissos assumidos pelas lideranças.

Toda essa visibilidade adquirida por meio de encontros, reuniões e entrevistas torna-se oportuna não apenas para os Tabajara de Piripiri narrarem suas histórias de vida, de luta e resistência, mas também para constantemente lembrarem ao Estado suas principais demandas, sendo estas o acesso à terra, saúde e educação.

No que se refere o acesso à terra, vale dizer que no ano de 2022 foi titulação pelo Governo do Estado, por meio do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), o território coletivo do povo Tabajara do município de Piripiri, localizado no povoado Tocaia a 20 quilômetros da cidade. Diante desta conquista, há a possibilidade de algumas famílias indígenas cultivarem, criarem e até mesmo morarem na terra, sem mais depender dos arrendamentos, prática comum entre os indígenas da cidade que não possuem terreno suficiente para o cultivo de sua lavoura. Contudo, os 156 hectares que são compreendidos pelo território não comportam as mais de 280 famílias indígenas no município para moradia e reprodução social. Neste caso, torna-se necessário realizar um planejamento, visando o melhor aproveitamento da área e o beneficiamento entre as famílias que possuem condições de morar no território e aquelas que devido as diversas adversidades que envolvem a moradia, aproveitarão o acesso à terra apenas para lavoura e/ou criação.

Dentre os fatores que influenciam na falta de condições para se morar no território, se destaca a construção da própria moradia, as dificuldades que envolvem o sustento da família feita somente a partir da agricultura, o acesso à determinado nível de instrução escolar e a locomoção até a área. Diante desta situação, a comunidade tem esperado o auxílio do Estado e do Município, no que diz respeito a superação de algumas dessas dificuldades e as tantas outras que envolvem o aproveitamento do território, como maquinário, ferramentas, sementes, animais.

Entendendo que território é também um espaço espiritual, o pajé Chicão relata a necessidade da consagração destas terras, uma ação que aguarda a autorização dos Encantados, espíritos indígenas desencarnados que guiam e auxiliam nas lutas diárias dessas populações, para ser realizada. O pajé estima que com a consagração “a coisa vá para frente” e as dificuldades que envolvem seu aproveitamento sejam superadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, apresentamos aspectos que dizem respeito a emergência e organização dos indígenas Tabajara da cidade de Piripiri. Em uma discussão que usufruímos das contribuições da História e da Antropologia, foram apresentadas as

mudanças na perspectiva da produção historiográfica indígena do Piauí no decorrer das últimas décadas, o início da organização do grupo étnico e as diversas particularidades desse processo, que integra diferentes fatores e que é definido pelos Tabajara como *alevante*, um movimento de rememoração de suas raízes indígenas e de organização da comunidade.

No decorrer do *alevante*, verificamos a criação da Associação a adoção do etnônimo Tabajara, a escolha de um cacique e um pajé, a prática do ritual do toré, o uso de grafismos e de adereços indígenas, a produção de artesanatos e a definição de lideranças de bairro. Nesse contexto, percebemos que a etnicidade vem sendo firmada por meio da criação de sinais diacríticos (Cunha, 1986), que servem de referência para a identificação e distinção em relação aos não indígenas e para a legitimação da indianidade.

Constatamos também que a memória tem fundamental importância na constituição da comunidade, sendo a ferramenta responsável por lembrar as raízes indígenas e resgatar a identidade étnica, necessárias como referências ao processo de mobilização social. No presente, a expectativa quanto ao território titulado, prevalece na comunidade, no entanto, muitos fatores têm dificultado seu devido aproveitamento pelas famílias indígenas, que seguem na luta pela garantia e efetivação de seus direitos coletivos.

## REFERÊNCIAS

- Baptista, Marcus Pierre de Carvalho. (2017). Da “Selva” ao sangue à vida: o discurso historiográfico indígena no Piauí”. **Revista ANPUH**, Brasília. v. Único, pp. 3-17.
- Barth, Fredrik. (2000). Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, [1969].
- Bartolomé, Miguel Alberto. (2006). As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, vol.12, no.1.
- Bloch, Marc. (2002). **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Castello Branco, Moysés. (2011). O índio no povoamento do Piauí. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Orgs.). **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI.
- Chaves, Monsenhor Joaquim. (1953). **O índio no solo piauiense**. Teresina, Série Histórica, 1953.
- Cohen, Abner. (1978). **O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, [1974].
- Coordenação Técnica Local em Piripiri. Informações sobre a existência de índios no Piauí. Piripiri-PI, 25 de agosto de 2016.



Costa, João Paulo Peixoto. (2013). A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí. In: Mendes, Algemira de Macedo; Ferreira, Elio; Costa, Margareth Torres de Alencar (Org.). **Literatura, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: memória, identidade, ensino e construções literárias.** v. 2. Teresina UFPI/ UESPI.

Costa, João Paulo Peixoto. (2019). Política indígena e a câmara municipal da vila de índios de Messejana no Ceará. ANPUH-Brasil – 30º **Simpósio Nacional de História** – Recife.

Cunha, Manuela Carneiro da. (1986). **Antropologia no Brasil: mito, história, etnicidade.** São Paulo: Brasiliense/EDUSP.

Directorio que se deve observar nas povoações dos Índios do Pará, e Maranhão Enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. (ou Diretório Pombalino), 1758.

Fausto, Carlos. (1992). Fragmentos da história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, p. 381 – 396.

Franco, Roberto Kennedy Gomes. (2014). Histórias Orais dos Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI. In: Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento, 21, Teresina. **Anais.** Teresina: ABHO.

Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: Sansone, L.; Pinho, O. (Org.) **Raça: novas perspectivas antropológicas.** 2 ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008.

Hall, Stuart. (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro -11. ed. DP&A. Rio de Janeiro.

Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence. (1997). **A Invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra.

IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: populações indígenas no Brasil.**

Lima, Carmen Lúcia Silva. (2020). **Indígenas na cidade: os Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús.** Recife: Ed. UFPE.

Lisboa, João Francisco Kleba. (2017). Etnogênese e movimento indígena: lutas políticas e identitárias na virada do século XX para o XXI. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas,** Brasília, v. 20, n. 2, p. 68-86.

Melo, Cléa Rezende Neves de. (2001). **Memórias de Piripiri.** 2ª edição.

Nunes, Odilon. (2007). **Pesquisas para a história do Piauí.** Teresina: FUNDAPI.

Oliveira Filho, Francisco Helton de Araújo. (2016). **Cativos do Sertão: A Família Escrava**

na Freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca-Piauí, 1850-1888. Dissertação (mestrado), Fortaleza, p. 160.

Pollak, Michael. (1992). Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212.

Pollak, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3.

Silva, Brisana Índio do Brasil de Macêdo; Macedo, João Paulo. (2022). Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!: trajetória dos grupos indígenas da etnia Tabajara no Piauí. **Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 1, p. 51-65.

Sousa, Hélder Ferreira de. (2019). **Existências resistências, aí é apostado, TII!!: reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piripiri - Piauí.** (Tese de doutorado), Recife.

## **Cronologia do Processo Editorial**

*Editorial Process Chronology*

Recebido em: 29/05/2023

Aprovado em: 30/06/2023

Received in: May 29, 2023

Approved in: June 30, 2023